

## **Normas Regulamentares Específicas do Doutorado em Estudos Internacionais**

### **Artigo 1.º Designação**

O Iscte confere o grau de doutor em Estudos Internacionais e ministra o ciclo de estudos a ele conducente, designado "Doutoramento em Estudos Internacionais", a seguir simplesmente referido como doutoramento.

### **Artigo 2.º Regulamento**

O regulamento do doutoramento é composto pelas Normas Regulamentares Gerais dos Doutoramentos do Iscte e pelas presentes Normas Regulamentares Específicas.

### **Artigo 3.º Área científica**

A área científica predominante do doutoramento é Estudos Internacionais.

### **Artigo 4.º Duração**

O doutoramento tem a duração de quatro anos letivos.

### **Artigo 5.º Objetivos do doutoramento**

O doutoramento em Estudos Internacionais tem por objetivos:

- a) Aquisição de conhecimento teórico avançado e de capacidade de compreensão sistemática na área científica dos Estudos Internacionais, com particular incidência nos temas de História Internacional, Segurança e Instituições, Ativismo, Cidadania e Direitos Humanos, Sustentabilidade e Desenvolvimento;
- b) Aquisição e desenvolvimento de competências e aptidões em métodos de investigação adequados aos Estudos Internacionais, através da aprendizagem orientada da prática de I&D de alto nível;
- c) Capacidade para conceber, projetar, e realizar uma investigação significativa, respeitando as exigências impostas pelos padrões de qualidade e integridade académicas;
- d) Realização de tese de doutoramento ou conjunto significativo de trabalhos de investigação original que contribua para o alargamento das fronteiras do conhecimento;
- e) Desenvolvimento da capacidade de comunicar com a comunidade académica e a sociedade em geral sobre a área científica de Estudos Internacionais.

## **Artigo 6.º**

### **Fundamentação do curso de doutoramento**

1 — O doutoramento compreende uma componente curricular destinada a assegurar a formação científica avançada necessária ao desenvolvimento de investigação autónoma e original, designada de curso de doutoramento.

2 — O curso de doutoramento tem como propósito:

- a) Consolidar conhecimentos aprofundados na(s) área(s) científica(s) do doutoramento;
- b) Desenvolver competências teóricas, metodológicas e técnicas adequadas à prática de investigação original e relevante para a comunidade científica;
- c) Assegurar a aquisição de competências académicas e científicas relevantes para o trabalho científico, designadamente em comunicação, ética na investigação, gestão de projetos, tecnologia da informação e competências digitais, colaboração e trabalho em equipa e direitos de autor e propriedade intelectual;
- d) Promover a integração dos/as estudantes nas atividades das unidades de investigação.

## **Artigo 7.º**

### **Formação supletiva**

1 — No âmbito do doutoramento em Estudos Internacionais, poderá ser indicada formação supletiva a estudantes cuja formação académica de base não assegure competências fundamentais nas áreas de Estudos Internacionais, metodologia de investigação e análise de dados, de acordo com as condições fixadas nas Normas Regulamentares Gerais dos Doutoramentos do Iscte.

2 — A formação supletiva a que se refere o número anterior inclui unidades curriculares até ao limite máximo definido nas Normas Regulamentares Gerais dos Doutoramentos do Iscte.

3 — As unidades curriculares devem constar da ata de divulgação de resultados que decorre da avaliação das candidaturas ao ciclo de estudos.

## **Artigo 8.º**

### **Estrutura curricular e plano de estudos**

A estrutura curricular e o plano de estudos do doutoramento, são os constantes da página de internet da Direção Geral do Ensino Superior.

## **Artigo 9.º**

### **Condições específicas de ingresso e critérios de seleção e seriação de candidato/as**

1 — Podem candidatar-se ao doutoramento:

a) Titulares do grau de mestre ou equivalente legal em áreas científicas consideradas adequadas pela Comissão Científica do Doutoramento, nomeadamente:

- i) Estudos Internacionais ou Relações Internacionais;
- ii) História, Ciência Política, Sociologia, Economia, Antropologia, ou áreas afins;
- iii) Outras áreas de formação.

b) Titulares do grau de licenciado ou equivalente legal, desde que possuam um currículo escolar ou científico especialmente relevante que ateste capacidade para a realização do doutoramento;

c) Detentores/as de um percurso académico, científico ou profissional que seja reconhecido como atestando capacidade para a realização deste ciclo de estudos.

2 — Os/As candidatos são selecionados/as e seriados/as pela Comissão de Análise de Candidaturas, de acordo com os critérios de seleção e seriação aprovados anualmente pela Comissão Científica do Doutoramento, com base nos princípios dispostos das Normas Regulamentares Gerais dos Doutoramentos do Iscte.

3 — Ao(s)/À(s) candidatos/as que, no processo de avaliação da candidatura, sejam identificadas necessidades de formação nas áreas fundamentais do ciclo de estudos, a sua admissão fica condicionada à frequência, quando aplicável, de unidades curriculares no âmbito da formação supletiva, nos termos previstos no artigo 7.º das presentes normas regulamentares.

### **Artigo 10.º**

#### **Normas de candidatura**

1 — Para além dos documentos indicados nas Normas Regulamentares Gerais dos Doutoramentos do Iscte, os/as candidatos/as devem entregar, no ato de candidatura:

a) Plano de Investigação, de acordo com template disponibilizado na página de internet do ciclo de estudos;

b) Comprovativo que ateste conhecimento de língua inglesa de nível igual ou superior a B2, de acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECR), para candidatos cuja língua nativa não seja em inglês.

2 — A Comissão de Análise de Candidaturas pode ainda solicitar outros documentos para a avaliação mais detalhada da candidatura.

3 — Facultativamente, os/as candidatos/as podem incluir outros documentos que considerem relevantes para o processo.

### **Artigo 11.º**

#### **Inscrições**

1 — A inscrição no segundo ano curricular requer:

a) A aprovação de 60 créditos ECTS do curso de doutoramento;

b) A aprovação nas unidades curriculares exigidas como formação supletiva, quando aplicável;

c) A aprovação do projeto de doutoramento.

2 — A inscrição nos anos curriculares subsequentes rege-se pelas condições previstas nas Normas Regulamentares Gerais dos Doutoramentos do Iscte.

### **Artigo 12.º**

#### **Regime de avaliação de conhecimentos do curso de doutoramento**

O regime de avaliação de conhecimentos nas unidades curriculares do curso de doutoramento regem-se pelo Regulamento Geral de Avaliação de Conhecimentos e Competências do Terceiro Ciclo do Iscte.

### **Artigo 13.º**

#### **Condições de dispensa do curso de doutoramento**

1 — A dispensa de unidades curriculares que integram o curso de doutoramento, pode ser concedida, mediante pedido do/a estudante, quando este/a satisfaça as seguintes condições:

a) Frequência e aprovação em unidades curriculares de 3º ciclo a que correspondam os objetivos de aprendizagem das unidades curriculares que constituem o curso de doutoramento;

b) Experiência de investigação adequada ao ciclo de estudos, e que detenham publicações científicas ou trabalhos de investigação que se enquadrem nos objetivos de aprendizagem das unidades curriculares que constituem o curso de doutoramento.

2 — A Comissão de Análise de Candidaturas pode ainda dar indicação sobre o cumprimento de condições para dispensa do curso de doutoramento, devendo essa indicação ficar registada na ata de divulgação dos resultados das candidaturas.

3 — Existindo a indicação referida no ponto anterior, o/a estudante deve formalizar o pedido de dispensa no sistema de gestão académica.

4 — A dispensa do curso de doutoramento pode ser total ou parcial, não podendo ser dispensada a frequência da unidade curricular Seminário de Projeto e a realização e aprovação do projeto de doutoramento.

5 — Os critérios de dispensa regem-se pelo Regulamento de Creditação de Formação Anterior e de Experiência Profissional do Iscte.

#### **Artigo 14.º** **Orientação**

Os princípios gerais sobre a orientação regem-se pelas Normas Regulamentares Gerais dos Doutoramentos do Iscte.

#### **Artigo 15.º** **Enquadramento dos trabalhos de investigação**

1 — O doutoramento é gerido e enquadrado cientificamente pelo Centro de Estudos Internacionais do Iscte (CEI-Iscte), podendo os trabalhos de investigação ser realizados na referida unidade, noutra unidade de investigação do Iscte ou em instituições de I&D nacionais ou estrangeiras.

2 — Os trabalhos de investigação são apoiados pela participação dos estudantes nas atividades dos grupos de investigação e linhas regionais do Centro de Estudos Internacionais do Iscte.

#### **Artigo 16.º** **Relatório de progresso anual**

1 — O relatório de progresso anual é constituído pelo conjunto de atividades científicas desenvolvidas no processo de pesquisa e pelo planeamento das atividades para o ano letivo subsequente.

2 — Tratando-se do relatório de progresso anual relativo ao terceiro ano curricular, é ainda exigida a entrega de pelo menos um capítulo de tese ou um artigo científico publicado ou aceite para publicação.

3 — O(s)/A(s) orientador(es)/a(s) elabora(m) um parecer escrito sobre o progresso da tese de doutoramento baseado no relatório de progresso anual.

4 — O/A diretor/a de doutoramento valida o parecer e emite o resultado expresso numa qualificação de «Aprovado» ou «Não Aprovado».

### **Artigo 17.º**

#### **Tese**

1 — A tese deverá ser apresentada numa das modalidades previstas nas Normas Regulamentares Gerais dos Doutoramentos do Iscte:

- a) Formato monográfico;
- b) Formato de compilação de artigos.

2 — Para além das regras constantes das Normas Regulamentares Gerais dos Doutoramentos do Iscte, a tese em formato de compilação de artigos deve circunscrever-se a artigos publicados em revistas indexadas no Web of Science-Journal Citation Report (WoS-JCR) ou no Scimago Journal & Country Rank (SJR).

3 — O/A diretor/a do doutoramento pode autorizar que sejam consideradas outras línguas na apresentação da tese e/ou nas provas públicas de defesa da tese para além das referidas nas Normas Regulamentares Gerais dos Doutoramentos do Iscte, desde que obtenha parecer positivo da Comissão Científica do Doutoramento.

### **Artigo 18.º**

#### **Hierarquia de normas**

Em caso de conflito entre as presentes Normas Regulamentares Específicas e as Normas Regulamentares Gerais dos Doutoramentos do Iscte, prevalecem estas últimas.

### **Artigo 19.º**

#### **Entrada em vigor**

As presentes normas entram em vigor no dia seguinte à sua publicação no Diário da República.